



**ACÓRDÃO Nº970/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11608/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste.
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsáveis:** Antônio Moraes de Aquino.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6457/2016-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Hospital e Pronto Socorro da Criança - ZONA OESTE. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste, sob a responsabilidade do Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor Geral do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste, exercício 2015, nos termos do art. 1º, II, da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor Geral do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, no valor de R\$ 17.536,50 (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), em razão dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar constante nas letras “a” a “d” do Relatório/Voto, concernentes às restrições 3, 4, 5 e 6 do Relatório Conclusivo n.º 48/2016 exarado pela DÍCAMI (fls. 593/614), e letra “f” do Relatório/Voto, concernente à letra “b” da Informação n.º 341/2016 (fls. 676/678) e Restrição 2 do Parecer n.º 6457/2016, exarado pelo MPC (679/686);

**9.2.1. FIXAR** o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor Geral do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona



**ACÓRDÃO Nº970/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Oeste, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com fulcro no art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**9.2.2. AUTORIZAR**, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

**9.3. Recomendar** ao Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor Geral do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste, que:

**a.** Envide esforços para tornar efetivo o controle de material mantido, bem como para aumentar a fiscalização nos registros de ingresso e saída de material, além de diminuir o prazo de checagem do estoque para uma frequência semanal;

**b.** Envide esforços junto a SUSAM para criar e manter atualizado o Portal de Transparência da unidade de saúde.

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de Dezembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**

Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral